

Grileiro: Categoria de acusação simbólica – Reconfiguração de forças nas relações entre posseiros e grileiros no pré-golpe empresarial-militar

Ricardo Braga Brito

Compreendendo que as identidades políticas são formadas a partir da experiência de conflito e do trabalho de enquadramento coletivo, buscou-se analisar as alterações das condições materiais de existência, tais como a violência dos despejos da terra, a grilagem e a concentração fundiária no estado do Rio de Janeiro, em particular do município de Cachoeiras de Macacu. O ponto de partida é a elaboração das categorias de “posseiro” e “grileiro”, elementos fundamentais para a compreensão do período anterior ao golpe empresarial-militar de 1964, salientando a capacidade criativa e ativa do movimento camponês que lutou pela democratização do acesso à terra.

Palavras-chave: posseiros, grileiros, despejo, movimento social, conflitos rurais

Understanding that political identities are formed from the experience of conflict and the work of collective framing, we sought to analyze the changes in material conditions of existence, such as violence from land evictions, land grabbing and land concentration in the state of Rio de Janeiro, in particular the municipality of Cachoeiras de Macacu. The starting point of ‘Grileiro’ (Land-Grabber): Category of Symbolic Accusation – Dynamic Reconfiguration in the Relations between ‘Posseiros’ (Squatters) and ‘Grileiros’ (Land-Grabbers) in the Pre-Corporate and Military Coup d’État is the elaboration of the categories of “posseiro” (squatter) and “grileiro” (land-grabber), fundamental elements for understanding the period before the 1964 military-corporate coup d’État, highlighting the creative and active capacity of the peasant movement that fought for the democratization of access to land.

Keywords: squatters, land-grabber, eviction, social movements, rural conflicts

Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil). É mestre pelo mesmo programa e graduado em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil).

E-mail: ricardobraga.brito@gmail.com

Esse artigo pretende analisar a formação e a consolidação do movimento camponês no município de Cachoeiras de Macacu (RJ) nas décadas de 1950 e 1960, até o momento anterior ao golpe empresarial-militar de 1964. Fazendo dialogar o material empírico com as discussões teóricas, buscamos apontar para o movimento de organização política e construção de um enquadramento (frame) de ação coletiva que acompanha a organização dos camponeses no estado do Rio de Janeiro e na luta pela democratização do acesso à terra e participação política das classes populares nas tomadas de decisão. Apontaremos para as alterações das condições materiais de existência, tais como o teor de violência dos despejos de terra, a grilagem e a concentração fundiária, e para a reelaboração coletiva das insatisfações por parte do movimento camponês.

O ponto de partida da análise é a elaboração das categorias de posseiro e de grileiro ao longo dos embates entre seus atores. A constituição da categoria de posseiro se dá em contraposição à categoria de grileiro, construída a partir do polo negativo para caracterizar um conjunto de atores pelas suas ações de apropriação indevida das terras. A capacidade de formular uma categoria estigmatizante por parte dos posseiros aponta para uma nova configuração das relações de força nas áreas rurais. O caso analisado é elucidativo pelo impacto dos acontecimentos históricos na região, em especial os ocorridos na fazenda São José da Boa Morte, palco de conflitos agrários em que os camponeses se mobilizaram continuamente por 20 anos, realizando ocupações de terra em 1961, 1963 e 1979, conquistando a desapropriação da terra em 1964 e depois novamente em 1981. Dado o escopo do trabalho, a atenção se voltou para o período pré-golpe de 1964.

A organização política: reivindicação do posseiro, acusação ao grileiro

Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, grileiro é o “[i]ndivíduo que procura apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade”, enquanto que grilagem representa um “sistema ou organização ou procedimento dos grileiros” (FERREIRA, 1986, p. 868). O processo realizado pelos posseiros de catalogar aqueles que se apresentavam como donos das terras a partir da categoria de grileiro apresenta um indício de alteração da configuração social tal como estava estabelecida no campo brasileiro, em especial nas áreas rurais do estado do Rio de Janeiro ao longo das décadas de 1950 e 1960.

A fim de compreender a sociodinâmica do estigma, analisamos o estudo de Elias e Scotson (2000) a respeito da configuração entre estabelecidos e outsiders, de modo a

compreender a dinâmica dessa configuração e seus atores envolvidos. A partir de um estudo de caso, Elias e Scotson perceberam alguns elementos dessa relação comum no mundo social, a saber: a formulação de auto-representações dos grupos mais poderosos de uma rede interdependente e suas concepções sobre si mesmos como humanamente superiores. Tal como analisado por eles, a autoimagem normal de um grupo com maior diferencial de poder é a de superioridade em relação aos outros grupos interdependentes. O outro lado da dinâmica dessa configuração é que aos grupos sociais carentes de poder é atribuída e incorporada uma imagem de carência de virtudes e de inferioridade humana.

Para os autores, os principais elementos para a formação de um grupo como estabelecido dentro de uma rede de relações sociais e de poder são: a coesão, a identidade coletiva e a construção de normas comuns. Portanto, não é apenas o monopólio de armas ou meios de produção que explica os diferenciais de poder entre os indivíduos do grupo estabelecido e os do grupo outsider, sendo fundamental também olhar e explicar a diferença no grau de organização.

No caso pesquisado e aqui analisado é possível perceber uma configuração na qual a posição inferior na relação de poder é questionada pelos posseiros, que passam a caracterizar como grileiros aqueles que se intitulam proprietários de terra, colocando em questão a validade e a moralidade do seu estatuto de proprietário. Não se pretende afirmar a existência de uma relação estabelecidos-outsiders na qual em determinado momento os grileiros assumiram o papel de inferiorizados, mas colher elementos capazes de visibilizar a mudança no diferencial de poder e na correlação de forças entre posseiros e grileiros. Se considerarmos que “[u]m grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 23), poderemos apreender esse momento como um questionamento da posição de outsider dos camponeses e da estrutura de poder tal como presente na configuração social, ao mesmo tempo em que se inicia a formulação de uma identidade política coesa interna ao grupo na posição de inferioridade. Trata-se, portanto, de observar a constituição dos posseiros enquanto uma categoria política identitária, coletiva e combativa que vai a público acusar outros agentes sociais de grilagem, no processo mesmo de conflito e luta.

Como analisado por Grynszpan (1987), a categoria grileiro é acionada pelos lavradores no momento do confronto, buscando colar à figura de determinado pretense proprietário de terra a responsabilidade pelos despejos e demais violências sofridas nas

áreas rurais do estado do Rio de Janeiro. No momento do confronto, os lavradores assumem a identidade de posseiros, de modo que cada uma destas categorias é relacional e expressa uma experiência social de classe e um conjunto de valores comuns compartilhados. A terra nessa relação assume uma posição central para a identificação, visto que para os posseiros ela é local de experiência social de trabalho, moradia e sociabilidade.

A identidade política assumida pelos posseiros apreende a luta pelo fim da relação de dominação como o ponto central de sua atuação coletiva. A terra em que se trabalha, que permite a reprodução econômica e social de sua existência, está também permeada de valores morais, de tal modo que os posseiros emergem coletivamente, em grande medida, a partir a percepção da quebra das relações tradicionais de dominação. Essa ruptura das relações tradicionais também implica o rompimento de relações pessoais e morais com o patrão, frequentemente realizado pela violenta mudança unilateral das relações de trabalho, ou ainda pela chegada de um novo proprietário ou grileiro que não tinha relação prévia com os trabalhadores (GRYNSZPAN, 1987; BRITO, 2018a, 2018b).

Conforme analisado por James Scott (1990, 2002, 2011), os grupos dominados compreendem e analisam o sistema econômico e as relações de poder por meio de suas experiências de vida. O modo como vivenciam o conjunto de quebras nas relações tradicionais de dominação vivenciadas a partir do despejo e do surgimento de diferentes pretensos proprietários de terra faz amalgamar a experiência de classe com os laços familiares, religiosos, culturais, sentimentos de pertencimento a um grupo ou uma região. Essa é uma posição analítica e metodológica que orienta a análise da luta de classes e do conflito como processos nos quais é possível, mas não determinado, constituir a classe e a identidade a partir da experiência vivida e dos modos como ela é organizada e compartilhada (THOMPSON, 1984, 1998, 2011).

Portanto, ainda que se possa identificar um elemento constitutivo de classe na atuação dos camponeses no estado do Rio de Janeiro entre 1950 e 1960, o modo como se identificam politicamente e se organizam articulou memórias, signos, pautas, imaginários, práticas e desejos construídos na sociabilidade local, articulando não apenas as identificações de trabalhador rural, proletário e capitalista rentista, mas de posseiros, grileiros e latifundiários, evidenciando o modo como apreenderam os problemas da exploração e da distribuição desigual da terra e o imaginário da propriedade da terra. Não se trata de negar as percepções de classe ou suas elaborações, dada a presença ativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB) como mediador da organização dos camponeses no Rio de Janeiro, como se verá mais adiante, mas

de observar como esses agentes mobilizaram elementos centrais de suas experiências de vida.

As categorias não são explicações abstratas, pois estão ancoradas na experiência vivida. Segundo Feltran (2017, p. 3), “[c]ategorias não são palavras, conceitos ou expressões que se aprendem na escuta de explicações – mesmo as ‘nativas’. Categorias são intervalos de sentido delineados pelas fronteiras do plausível, em cada contexto”. A categoria se constrói em seu uso, “no correr da vida (...) na sequência das interações” (FELTRAN, 2017, pp. 3-4) a fim de marcar diferenças, de expressar valores sociabilizados. Conforme discute o autor, a categoria expressa um valor que está sempre em relação com o parâmetro do “ideal”, do socialmente esperado, ligado à compreensão da situação em conformação com a trajetória social e autobiográfica dos indivíduos.

A análise de Feltran orienta o olhar para a compreensão de um “diagrama” de categorias que se inter-relacionam no contexto observado e nas conformações sociais daqueles que enunciam as categorias e seus silêncios. Ainda segundo ele, “[n]ão há como fazer política sem desestabilizar as categorias objetivadas” (Idem, p. 14). É nessa configuração específica que o proprietário de terra é associado ao termo grileiro, cuja conotação negativa está ligada à apropriação ilegal da terra através da violência, da expulsão de camponeses, da documentação falsa e da quebra de relações e normas comumente aceitas. Conforme pretendemos demonstrar, é a consolidação de uma identidade ativa de grupo, os posseiros, associada à formação e à consolidação do movimento camponês que possibilita a utilização do termo grileiro como forma de acusação de práticas violentas e ilegítimas, indicando, assim, uma mudança significativa na correlação de forças nas áreas rurais do estado do Rio de Janeiro. Conforme analisaram Elias e Scotson (2000), o uso do estigma em relações sociais serve para equilibrar tensões, conflitos e poder. No caso aqui em análise, a produção do estigma se dá no momento em que as relações de poder passam a sofrer inúmeras alterações pela presença de novos grupos, que passam a exigir um equilíbrio de poder mais proporcional e democrático, que se traduz na disputa pelo acesso à terra.

O conjunto dos trabalhos de Norbert Elias nos orienta para compreender que “[o] poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de todas as relações humanas” (ELIAS, 1980, p. 81). A partir dessa perspectiva, a análise se desloca para a observação das figurações, a estrutura específica de uma determinada sociedade ou grupo que, apesar de repleta de diferenciação e individualização, orienta das mais diversas formas as ações e relações entre indivíduos interdependentes atravessados pelas relações desiguais

de poder (Idem, 1980, 2001). Em meio às inter-relações estão valores e afetos, estruturas de diferenciação social, relações econômicas, mecanismo de interação, instituições de centralização e demarcação do poder. Contudo, conforme gostaríamos de salientar, é possível observar a partir da perspectiva das figurações que as “mudanças na estrutura das sociedades (...) podem induzir um grupo a contestar o poder de coerção do outro grupo, o seu ‘potencial’ de retenção. Neste caso, estas mudanças iniciam provas de força” (Idem, 1980, p. 85).

A presença de novos atores sociais organizados e que, portanto, superam a condição de anomia que é a marca dos outsiders (ELIAS e SCOTSON, 2000), insere mudanças significativas no diferencial de poder entre indivíduos e grupos, reorientando a figuração da sociedade brasileira, abrindo-a em direção a um processo de democratização e de maior participação das camadas populares nas tomadas de decisão da política.

Apreender a configuração no estado do Rio de Janeiro nas décadas de 1950 e 1960 como um momento de transformação das relações tradicionais de poder no campo nos permite observar as formas pelas quais um grupo de posseiros passa a definir seus problemas como frutos de uma “injustiça”, modificando ou eliminando as concepções que naturalizavam suas condições de infortúnio e pobreza a partir da organização de suas inquietações e práticas. Observar a formação de um enquadramento de ação coletiva, tal como definido por Snow (2004) e Snow e Benford (1992), nos permite inserir esses conflitos entre posseiros e grileiros na política de significação, tornando os posseiros agentes ativos que produzem os sentidos de suas existências sociais, alocando-os nos contextos mais amplos do movimento camponês estadual e nacional.

Mas que conjunto de relações sociais, práticas e imaginários foram rompidos e possibilitaram a elaboração de uma identidade coletiva e combativa a partir do movimento camponês? A fim de entender o novo contexto de radicalização das lutas sociais na primeira metade da década de 1960, precisamos voltar às décadas anteriores e entender as motivações materiais e simbólicas desse período em que a questão agrária e as mobilizações camponesas estavam no centro dos acontecimentos políticos. Trabalhadores e trabalhadoras do campo, até então marginalizados na discussão e participação política, passaram a articular as suas lutas: estavam em processo de constituição uma linguagem e bandeiras comuns que buscavam traduzir as demandas em linguagem dos grupos políticos e as levar para o debate público. Como apontou Medeiros (2014), experiências e situações de mal-estar, sentimentos de injustiça vividos como questões locais foram transformados em

pautas, reivindicações e problemas públicos a partir da criação de associações que permitiam espaços de troca e de interação de experiências, com a participação e a agência de mediadores políticos, compondo a dinâmica de formação de uma luta social, na qual as experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências de grupo.

Mudanças nas relações sociais no campo

Historicamente, a modernização do campo envolveu a expropriação da terra, a expulsão dos trabalhadores rurais e a quebra de seus meios tradicionais de existência e socialização (MOORE, 1983; THOMPSON, 1998; POLANYI, 2000). Frente a esse processo de modernização, contudo, há uma “resistência teimosa” (MOORE, 1983, p. 416; THOMPSON, 1998, p. 13) que age como um freio moral e político ao avanço do sistema capitalista sobre as relações sociais. Essa resistência tende a irromper nas camadas populares quando a quebra das relações tradicionais é tomada como injusta, ou seja, sem base legítima para os camponeses.

Conforme analisado por um conjunto de autores (QUEIROZ, 1973; FORMAN, 1979; CANDIDO, 2010), a realidade rural no Brasil também apresentou esse descompasso entre o avanço da economia liberal, via modernização e mercantilização do campo, e o ajuste das camadas populares às novas formas culturais que engoliam suas formas tradicionais de socialização. O homem do campo, observado entre as décadas de 1940 e 1950 por Candido (2010), estava cindido do seu meio e tem as suas representações e práticas modificadas, assistindo à rápida fragmentação dos seus modos e práticas de vida que se enquadravam aos seus processos de socialização, legitimados pela tradição e pela experiência. Ao mesmo tempo, ocorrem as transformações materiais e culturais: a terra, local de trabalho, moradia e existência individual e social, vai sendo paulatinamente tomada pelo avanço do capital, restando ao trabalhador e sua família as terras de menor qualidade ou o trabalho assalariado para o patrão. Seus meios de vida vão se deteriorando, ao mesmo tempo em que suas redes de relações sociais vão se rompendo fio a fio.

Em entrevista realizada por Brito (2018a), uma antiga lavradora de Cachoeiras de Macacu relata o processo de trabalho agrícola na região de Marubáí, trespassando os anos anteriores e posteriores a 1964 e a intensificação da ação estatal no município. Em seu relato é possível apreender as mudanças sociais e econômicas da região, visto que os “valores mínimos vitais” (CANDIDO, 2010, p. 31) que norteavam o trabalho no campo já se alteravam e abriam espaço para a mercantilização cada vez maior do trabalho rural:

Entrevistada: Aí naquele tempo nós fazia farinha. Eu cortei muita cana pra fazer melado. A gente fazia melado de cana pra fazer... em casa. A gente fazia farinha, fazia goma pra vender. Aí meus irmãos foram casando e eu fui ficando, né. Eu fui o pé de boi do meu irmão. Eu fui a que mais trabalhei, porque aí ficou eu sozinha pra cortar cana, fazer melado, buscar lenha pra fazer comida e até pra fazer farinha... E ralar aipim pra fazer farinha, a gente comprou um motor que cortava, né, aipim. (...) A gente torrava dois sacos de farinha por dia. A gente até pagava o cunhado dele [de seu esposo] pra torrar farinha, e pagava a cunhada dele também pra ajudar o rapaz.

(...)

Entrevistador: E só no terreno de vocês que vocês trabalhavam? Faziam meia em outro terreno?

Entrevistada: Não. Trabalhava só no terreno dele [seu marido], mas às vezes comprava aipim também dos outros, pra fazer farinha, porque só o nosso terreno não dava conta. Dava pra ver que era todo dia. A gente só parava sábado e domingo. Não tinha feriado, não tinha nada. Era direto, de segunda a sexta. De dia farinha, de dia goma. Goma era só pra fora, só pra vender. Farinha também. A gente colhia pra cá... Naquela época a gente colhia arroz em casa, a gente socava no pilão.

(...)

Aí cortava lenha pra vender, plantava arroz pra comer, plantava feijão pra comer. Essas coisas assim, né, não comprava. Aí cana plantava e você tinha que *nhec-nhec* [som de alguém cortando e moendo cana] pra fazer caldo de cana pra beber. Não comprava açúcar. Aí foi vivendo assim.

Entrevistador: Fazia quase tudo em casa.

Entrevistada: Fazia quase tudo em casa. Galinha eu criava em casa, porco eu criava em casa. O que comprava mais era o sal, que o sal você não tinha como não comprar, né. O sal você tinha que comprar fora, agora o resto. Era tudo de casa, né, comia tudo em casa. (...) Naquela época o que a gente comprava mais era o quê? Sabão, se bem que tinha vezes que a minha mãe fazia sabão em casa (...). Roupa? A gente andava empencado de remendo até em cima, rapaz. Naquela época era difícil roupa, era difícil arrumar roupa. Não é mentira nenhuma. Não tenho vergonha da vida que eu passei não, mas eu andava com a roupa toda empencada de remendo, aqui assim ó, roupa toda remendada. Essas blusinhas que a gente tem aqui assim, hoje, naquele tempo era blusa de sair. Não era roupa de casa não, era roupa de sair. A vida da gente era então muito difícil (BRITO, 2018a: 80-81).

Para Candido (2010), em uma situação de rápida e intensa mudança, o camponês se apega às suas tradições como forma de manter vivo seu passado e sua fonte de significado social, criando “mecanismos de sobrevivência cultural e social” (CANDIDO, 2010, p. 243) criados e adaptados como maneira de se integrar, manter seus valores e preservar sua identidade. Entendido como a organização coletiva das insatisfações e indignações latentes vividas pelo processo de expropriação da terra e exploração do trabalho, o movimento camponês irrompe e revela a multiplicidade de formas sociais de viver e trabalhar na terra. Assim, o loteamento e o avanço sistemático da prática de grilagem sobre terras públicas ou ocupadas por camponeses há longas gerações se contrapõem à percepção camponesa sobre a terra. Para O’Dwyer (1988, p. 92), analisando a formação do campesinato fluminense, “o que permitiu a classificação de todos sob o mesmo epíteto de grileiros não foi propriamente o caráter legal ou não destas pretensões, mas sua ilegitimidade ao alterar padrões de relacionamento estabelecidos”.

A criação de rachaduras na estrutura social possibilita a abertura do processo de construção de uma nova perspectiva sobre as relações sociais. A nova perspectiva da realidade sócio-estrutural em que se vive é também a percepção da capacidade e possibilidade de transformar as estruturas sociais. No que se refere ao campo brasileiro, essas rachaduras surgem pelo processo de penetração da mercantilização e pela ruptura dos padrões tradicionais de posse da terra e das formas tradicionais de relações sociais, frequentemente realizadas de forma violenta pelas classes proprietárias e dominantes. A vitalidade dos movimentos sociais rurais dos anos 1960, tais como Ligas Camponesas, sindicatos e associações rurais, retêm a sua força ao agregar as organizações locais e buscar a compensação pelos sofrimentos pessoais.

Essas organizações foram compostas por indivíduos desesperados pela desestruturação de sua segurança pessoal e familiar, pelas expulsões e ameaças de despejo, pelos ataques físicos. Frente esse longo e abrupto processo de expropriação, expulsão e exploração, os camponeses, muitas vezes oriundos de outros locais de onde foram expulsos de forma violenta, passaram a se mobilizar politicamente em torno de outras formas de segurança social e em torno de direitos, percebidos como compensação pela perda da proteção da tradição (SIGAUD, 2004) e como valorização e reconhecimento de sua autonomia, individualidade e estima social.

O movimento camponês no estado do Rio de Janeiro e em Cachoeiras de Macacu: reagindo contra os despejos

A fim de compreender a dinâmica apresentada, é essencial que se observe a atuação e presença do PCB junto à mobilização política dos lavradores em diversos estados brasileiros, incluindo o Rio de Janeiro. Atuando de modo a identificar o camponês brasileiro, o partido buscou também construir a aliança entre operários e camponeses para a transformação social. Para isso, se voltou para áreas de conflitos, onde havia posseiros ameaçados de expulsão que resistiam na terra, foreiros e arrendatários questionando taxas, pequenos agricultores que procuravam e demandavam maior espaço nos mercados locais, colonos e moradores em condições de intensa exploração. A partir do reconhecimento dessas experiências e da organização de associações diversas e encontros, a atuação do PCB foi capaz de identificar situações específicas com as bandeiras da reforma agrária, direito à sindicalização e extensão dos direitos trabalhistas ao campo. A constituição dessas bandeiras foi de fundamental importância para a construção de uma identidade coletiva nos anos 1950 e 1960, tornando possível a socialização de impressões e sentimentos de desrespeito antes tomadas de forma individual (MEDEIROS, 2014, 2018).

Tal como apontam Grynszpan (1987) e Medeiros (2018), a configuração social específica do campo no estado do Rio de Janeiro é marcada pela intensidade com que os despejos passaram a ocorrer na década de 1950, sendo estes eventos dramáticos um dos motivadores para a inserção do campesinato na política. Esses também são anos de diminuição da produção agrícola, de aumento do número de ocupantes, de chegada de migrantes e de aumento da população urbana, incrementada com a presença de trabalhadores do campo constantemente expulsos de forma violenta de suas terras de trabalho e moradia. Nesse contexto, a atuação do PCB valorizou a organização dos lavradores contra os despejos e contra a formação da aliança entre grileiros, juízes, milícias privadas e polícia. Foram esses trabalhadores, identificando a si mesmos como posseiros, com a ajuda e mediação de organizações como PCB, mas também elementos da Igreja Católica, tais como os Círculos Operários Católicos, que passaram a organizar e gerir a sua indignação a partir de associações e organizações.

Grynszpan (1987), Corrêa e Macedo (2007) e Medeiros (2018) narram a formação das associações de lavradores no Rio de Janeiro. A primeira associação é formada em 1948 em Pedra Lisa, região que pertencia ao município de Nova Iguaçu, mas que hoje faz parte de

Japeri. Fundada por Zé Matias e local de atuação de Bráulio Rodrigues, militante do PCB, sua principal atuação envolvia a regulação da entrada de lavradores na região e sua proteção contra os despejos. Em 1952, a partir de José Pureza, também militante do PCB, em Xerém, foi criada a Associação de Lavradores Fluminenses (ALF), buscando abranger a organização dos posseiros de outras regiões do Estado, iniciando a resposta física e prática, e não apenas retórica, de reordenação da apropriação de terras e organização política dos lavradores. O trabalho da ALF consistia em prestar assessoria aos camponeses fluminenses, formando núcleos nas regiões em que houvesse conflitos, organizar os trabalhadores do campo para reagir aos despejos. A associação organizou também, para isso, manifestações em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e ao Palácio do Governo em Niterói e denúncias em jornais, proporcionando ao movimento uma ampla atuação e percepção da sociedade civil, pressionando o governo e recebendo apoios. Em 1959 foi constituída a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), que integrou as associações locais e erigiu como principal bandeira a desapropriação das áreas em litígio.¹

O impacto da criação da Falerj na organização de camponeses em Cachoeiras de Macacu pode ser identificado a partir de reportagens do mesmo ano de constituição da entidade. Com mais de 1500 lavradores, pequenos proprietários, assalariados e meeiros foram constituídas associações em Papucaia e em Ribeira, influenciadas pelas inúmeras assembleias realizadas em todo o estado (ÚLTIMA HORA, 29/09/1959, 31/10/1959).

A constância da prática de despejo pelos grileiros intensificou a organização e a vida política em Cachoeiras de Macacu. Por meio da análise de jornais da época, dos documentos sindicais, dos relatos colhidos e da bibliografia existente, é possível observar o clima político e conflitivo vivido na época (BRITO, 2018a). A área estudada, localizada no município de Cachoeiras de Macacu, próxima ao Núcleo Colonial de Papucaia e referente aos contornos da Fazenda São José da Boa Morte, foi alvo de especulação fundiária e local de atuação de grileiros, de presença de despejos e de outras formas de violência. Havia também interesse do governo estadual em realizar um programa de colonização na região, a ser plenamente desenvolvido durante a ditadura empresarial-militar. Não é à toa, portanto, que também nessa região e nesse período de final dos anos 1950 e início dos anos 1960 é possível perceber a construção de ações coletivas e de resistência, públicas e cotidianas.

Dados o curto espaço e o objeto desse trabalho, não é possível aprofundar as informações sobre o Núcleo e a Fazenda. Criado em 1951 e com o objetivo de produzir alimentos para consumo interno

1. A criação da Falerj aconteceu durante a I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em Niterói. Seus cargos de diretoria foram ocupados alternadamente pelos membros fundadores: José Pureza, Manoel Martins e Manoel Ferreira. Em 1961, Bráulio Rodrigues ingressaria na Falerj. A principal reivindicação da Federação era a luta pela desapropriação de áreas em litígio (CORRÊA e MACEDO, 2007). Nessa mesma década formaram-se outras associações de lavradores em outros estados brasileiros, como, por exemplo, as Ligas Camponesas em Pernambuco, indicando o período como um momento de organização política do campesinato.

em meio a política de criação de um “cinturão verde” promovida por Getúlio Vargas, o Núcleo Colonial de Papucaia recebeu uma variedade de lavradores, entre nacionais e imigrantes, levando ao seu superpovoamento. Além disso, o investimento federal para a realização de obras de saneamento e formação do Núcleo inseriu a área em uma dinâmica de especulação fundiária. A partir de então, os irmãos Coimbra Bueno, arquitetos, empresários e políticos de importância no cenário econômico e social do país, donos da Fazenda São José da Boa Morte (também conhecida como Agro-Brasil) passam a avançar ilegalmente os limites de sua fazenda na área do Núcleo, gerando embates entre outros grileiros e com os camponeses organizados. A área grilada foi continuamente reivindicada pelos lavradores através de ocupações em 1961 e 1963, tendo essa última ocupação conquistado a desapropriação da terra em janeiro de 1964. Dado o golpe e o regime que se seguiu, a desapropriação é revertida e as terras são devolvidas. A região é novamente ocupada em 1979 e a desapropriação é alcançada, mais uma vez, em 1981. O histórico desse conflito e as diferentes configurações das ocupações e resistências foram analisados em Brito (2018a, 2018b).

A fim de exemplificar o clima de tensão dos anos 1960, em abril desse mesmo ano o jornal Tribuna da Imprensa divulgou uma nota denunciando um subdelegado que ofereceu prêmio em dinheiro “pela cabeça” de um posseiro, considerado o líder dos lavradores de São José da Boa Morte (TRIBUNA DA IMPRENSA, 22/04/1960). Nessa reportagem e em outras estão presentes denúncias sobre a atuação violenta da polícia na expulsão de lavradores (Idem, 22/12/1960).

Os conflitos apontados indicam o contexto de formação da Associação dos Lavradores de Cachoeiras de Macacu, cujo presidente era militante do PCB e fora preso em 1955, 1956 e 1964 por sua ligação política e atividades de distribuição dos jornais Voz Operária e Terra Livre, além de ter sido membro do Conselho Fiscal da Falerj na gestão de 1961-1962 (GRYNSZPAN, 1987; COSTA, 2015). A ida a jornais e a realização de manifestações públicas foram táticas do movimento camponês fluminense ao longo das décadas de 1950 e 1960 (GRYNSZPAN, 1987). Eram modos de tornar públicos os confrontos por terra no interior do estado, transformando uma questão local, que seria resolvida de forma privada através de jagunços e até da polícia, em uma questão social e pública. Dessa forma, os camponeses passavam uma imagem representativa de si mesmos repleta de sofrimento e de luta, elementos contidos na categoria de posseiro. Os posseiros, assim, reconheciam a si e a suas lutas como políticas, e esperavam levar essa compreensão à cidade

e ao estado, legitimando sua entrada, enquanto grupo, no campo político (ver DIÁRIO CARIOCA, 04/05/1961).

Essas e outras notícias apontam para a sistematicidade da violência utilizada por administradores das fazendas, aliados ao Poder Judiciário local e à polícia, identificando a repressão contra as formas de organização dos lavradores e o que pode ser identificado como a quebra dos acordos firmados entre camponeses e administradores e fazendeiros. Em reportagem do jornal Diário da Noite, é observado o “clima de guerra” com a expulsão de lavradores que trabalhavam como meeiros na fazenda São José “sob a ameaça das metralhadoras e revólveres” de policiais e jagunços e “um incêndio em terras da fazenda”, tendo ainda o administrador julgado legítimo o uso da violência ao dizer que “os lavradores despejados são comunistas e estão sendo instigados pelo sr. Audio Leite, secretário do Trabalho do Estado do Rio, a organizarem-se em ligas camponesas” (DIÁRIO DA NOITE, 28/12/1960; DIÁRIO CARIOCA, 27/12/1960).

Segundo um conjunto diverso de pesquisadores da ação coletiva (SCOTT, 1990; MELUCCI, 2001; SNOW, 2004; HONNETH, 2009; THOMPSON, 2011; MEDEIROS, 2014), no momento em que as indignações individuais são elaboradas coletivamente e passam a compor uma gramática moral do grupo formado, os discursos de resistência e embate construídos vêm à tona. Essa perspectiva oferece elementos para supor que o surgimento dos conflitos em 1958 na região analisada representa menos o início dos conflitos e mais o surgimento de um discurso público camponês que torna públicos os conflitos existentes.

É possível identificar a emergência desse discurso público camponês nas ocupações de 1961 e de 1963. Em 1961, a motivação dos lavradores para a ocupação foi identificada no avanço da grilagem, na continuidade das expulsões e na grande quantidade de taxas de matagem² que precisavam pagar para diferentes proprietários da mesma terra – um indicativo da presença de grilagem. Organizados juntos de um representante das Ligas Camponesas, centenas de camponeses ocuparam a terra, fecharam estradas, construíram trincheiras e realizaram um tribunal popular contra quatro proprietários de terra e um oficial de justiça encarregado de entregar a ordem de despejo aos lavradores. Segundo reportagem, a “principal finalidade” do tribunal era “desmoralizar os grileiros”, acusados de grilagem a partir de um júri formado pelos camponeses e lideranças da ocupação (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/11/1961). Os posseiros sentenciaram os grileiros e o oficial de justiça ao fuzilamento nas paredes em ruína da Igreja de São José da Boa Morte. Ao final, os acusados foram libertados com o aviso de não retornarem mais àquelas terras que, dali por diante,

2. A taxa de matagem consistia em um determinado valor cobrado pelo proprietário da terra sobre o corte de árvores dentro da região.

eram dos posseiros. A ocupação foi duramente reprimida pela ação conjunta das polícias de Cachoeiras de Macacu, Niterói e Nova Friburgo (BRITO, 2018a, 2018b).

A ocupação de 1963 assume outra configuração, organizada a partir da Associação de Lavradores local e com apoio do prefeito eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e da Falerj. Essa ocupação atuou ante a comprovação da grilagem por um conjunto de pretensos proprietários, em especial os donos da fazenda São José da Boa Morte, ou Agro-Brasil. A comprovação foi possível devido à continuidade das atuações e da pressão do movimento camponês contra os despejos e pela informação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic) que afirmava serem as terras ocupadas ainda em 1961 de patrimônio público, pertencentes ao Núcleo Colonial de Papucaia. Com uma ação orquestrada e sob uma bandeira que conclamava a luta pela libertação das terras, os lavradores conquistaram a desapropriação da terra em janeiro de 1964, prática que pretendiam continuar em outras fazendas do município e do estado, não fosse o golpe realizado alguns meses depois (BRITO, 2018a, 2018b).

As ocupações de terra suspendem o cotidiano do trabalho na lavoura e representam ações coletivas espetaculares e públicas, contudo, como apontam distintos autores, para que se compreenda essas ações é preciso analisar o processo mais subterrâneo das resistências cotidianas e da infrapolítica (SCOTT, 1990, 2002) e o processo de interiorização da luta de classes (PALMEIRA, 1985, 2009). Observar essas ações subterrâneas nos permite compreender a persistência dos homens e mulheres que optaram por resistir continuamente, constituindo uma cultura política e uma memória da resistência teimosa que persiste durante períodos de violência e dificuldade de organização (BRITO, 2018a, 2018b).

O processo de formação de uma identidade social que reflita a nova autoimagem do posseiro, em contraposição à imagem do grileiro e dos proprietários de terra, depende, conforme demonstra Snow (2004), da habilidade deste grupo de definir problemas, condições e inquietações existentes como “injustas”, modificando ou eliminando concepções que naturalizem as condições de infortúnio e pobreza. Para Snow (2004; SNOW e BENFORD, 1992), os movimentos sociais são agentes ativos na produção e transformação dos significados de ações e interpretações sociais.

Compreendendo que o estigma é um instrumento a ser utilizado no equilíbrio de tensões, conflitos e poder, a utilização do termo grileiro e as ações coletivas a fim de desmoralizar os pretensos proprietários rurais oferecem indícios de uma mudança na correlação de forças entre grileiros e posseiros. Pretendemos evidenciar que essa reconfiguração das relações de força demonstra

uma diminuição do diferencial de poder a partir da organização dos próprios camponeses e na construção de uma identidade coletiva que positivasse a mobilização política e que questionasse a atuação dos proprietários de terra, elaborando o diagnóstico dos problemas sociais a partir do despejo e seu prognóstico a partir da reforma agrária e desapropriação da terra entendida pelo seu valor social para os trabalhadores do campo.

Conclusões finais: radicalização da luta e o corte promovido pelo golpe

A partir do I Congresso Nacional Camponês de 1961³, realizado em Belo Horizonte com a presença das associações de lavradores de todo o país, da Falerj e das Ligas Camponesas, o tom dessas organizações se aproxima da radicalização da luta e da ampla reivindicação por leis que tornassem viável a reforma agrária (O'DWYER, 1988). Além da luta pela desapropriação de terras por vias legais, as ocupações foram assumidas como forma de ação coletiva possível para retomar áreas das quais os lavradores foram expulsos. Optar por essa forma de ação aponta para as próprias condições de luta, cada vez mais acirradas pelos avanços da grilagem e pelo aumento do número de violências e despejos. Junto da identidade camponesa assumida e constituída pelos trabalhadores rurais ao longo dos conflitos com grileiros nos anos 1950 e 1960, foram praticadas e consolidadas formas de atuação, práticas e vocabulários comuns, tais como ocupação, reforma agrária, camponês, posseiro, grileiro.

Essa radicalização na luta pela reforma agrária esteve em sintonia com o clima político brasileiro da década de 1960. A radicalização da luta por reforma agrária tinha como pressuposto a percepção pelo movimento camponês de que a democratização do acesso à terra só se realizaria com o papel ativo dos camponeses organizados, significando a necessidade de se consolidar como movimento. As novas formas de mobilização, caracterizadas pelas ocupações de terra e resistência aos despejos, também implicaram em novas práticas do governo, tanto estadual como federal, em especial a desapropriação de terras em situação de conflito.

Para Axel Honneth (2009), a compreensão dos movimentos sociais se enriquece ao analisarmos a resistência, a identidade e a revolta organizadas em ações coletivas como reações às experiências de não reconhecimento intersubjetivo. Essa perspectiva impele a observação do sentimento de humilhação vivido pelas violências sofridas. A percepção da violência e da humilhação possibilita ao indivíduo se posicionar frente uma situação que não se desenvolveu conforme as expectativas sociais e

3. O Congresso foi realizado em novembro de 1961 e reuniu organizações de trabalhadores rurais de todo o país a fim de discutir uma unidade para as ações políticas dos camponeses, em especial no que se refere aos problemas da propriedade e do uso da terra no Brasil. O Congresso foi organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) e contou com a presença de associações de lavradores de todo o país, ligadas ao PCB, das Ligas Camponesas do Nordeste e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) do Rio Grande do Sul. Além da reforma agrária, teve como principais temas de discussão a legislação trabalhista no campo e o reconhecimento sindical.

morais estabelecidas no processo de socialização. O sentimento de humilhação e lesão só é percebido enquanto tal quando esse sujeito é capaz de articulá-lo em um quadro de interpretação coletivo que comprova que essa é uma experiência compartilhada pelo grupo social em que está incluído.

Recuperar a história local é importante para reter as características e particularidades com que a cultura política de enfrentamento camponês se deu na região, sendo fundamental para entendermos os despejos e expropriação vividos por estes atores. Isso nos permite observar a desestruturação das relações sociais e dos laços de sociabilidade a partir da quebra de expectativas e obrigações sociais embasadas em uma economia moral e simbólica (THOMPSON, 1998; BOURDIEU, 1996). A desestruturação se realiza a partir do contínuo avanço de outra concepção que valoriza a racionalização moderna e capitalista do uso e da renda da terra, envolvida na dinâmica especulativa e de valorização da terra não enquanto local de sociabilidade, reprodução material e produção de alimentos, mas enquanto mercadoria fincada no mercado de terras, no seu valor enquanto ativo financeiro e espaço potencial para loteamentos e construção de casas e chalés de veraneio. Essa desestruturação de práticas e valores tradicionais fornece pistas para entender como foi vivido o processo de expropriação, abrindo condições para que a revolta pudesse emergir e tomar a forma de movimentos políticos camponeses no início dos anos 1960 após um trabalho de elaboração das raivas e humilhações individuais em indignações coletivas, realizando o diagnóstico e o prognóstico do problema vivido.

A fim de sintetizar o que foi analisado, é possível apontar quatro conjuntos de experiências que marcaram os posseiros no estado do Rio de Janeiro, particularmente em Cachoeiras de Macacu, entre os anos 1930 e 1960:

1. Os investimentos estatais na revitalização e saneamento das áreas rurais da Baixada, construindo Núcleos Coloniais no entorno da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, constituindo um “cinturão verde” que abastecesse de alimentos a cidade em expansão;
2. Esse processo, contudo, gerou a valorização das terras e uma especulação que, associada à confusão fundiária brasileira, levou ao recrudescimento dos despejos e da grilagem;
3. Portanto, a articulação entre superpovoamento das áreas rurais, os despejos e suas violências, o rompimento das relações tradicionais de dominação e sociabilidade e a diminuição das expectativas sociais colocadas na

possibilidade de conquistar terras próprias nos Núcleos Coloniais apontam para um período de rápidas transformações e profundas fraturas sociais;

4. Esse período de transformações marca a experiência do trabalho de enquadramento coletivo dos movimentos sociais camponeses, capazes de
 - a. articular a miséria vivida individualmente como uma experiência coletiva,
 - b. identificar essa situação como injusta e causada por outro grupo social específico, no caso os *grileiros*, e
 - c. articular uma identidade política, de *posseiros*, que coloca em si e na sua ação coletiva a possibilidade de transformação da própria situação injusta de desigualdade.

A primeira metade da década de 1960 no Brasil foi marcada pela atuação dos movimentos populares que buscaram participar das decisões políticas, fazendo parte desse momento o movimento camponês em suas diferentes orientações e localidades. Foi justamente para o fortalecimento da organização política dos despossuídos que o golpe empresarial-militar de 1964 se voltou com mais força, empenhando-se em agir contra a “capacidade política de organização daquelas ‘pessoas comuns’” (ARANTES, 2014: 294). O golpe é, assim, visto como uma ação de classe a partir de sua atuação política e ideológica de extinção da política enquanto dimensão de mudança produzida pelas expectativas e necessidades coletivas (MELO, 2014).

A atuação e a mobilização políticas de lavradores, ferroviários e da população em geral em Cachoeiras de Macacu fez do município um “foco de comunistas”, considerados como uma ameaça aos valores cristãos, à propriedade e à democracia na interpretação de militares, proprietários de terra, políticos e empresários da região. A reação conservadora que emergiu com o golpe empresarial-militar se posicionou de forma contrária às mudanças sociais e políticas que as reformas de base implicavam. Opunham-se, principalmente, à ampliação da democracia enquanto participação popular na política e à ampliação do acesso à terra.

Ainda com base em Honneth (2009) e à luz do momento histórico repleto de possibilidades futuras fraturadas e impossibilitadas pelo golpe, é possível refletir que alguns valores sociais e normativos retêm em si a expectativa de que eles sejam desnivelados e desiguais, de modo que quando certos direitos atingem outras camadas sociais inferiores surge um sentimento de ressentimento, de perda, ao mesmo tempo em que para outros surge o reconhecimento e a dignidade. Esse ressentimento pode dar lugar

a uma reação conservadora dos estabelecidos contra a chegada dos outsiders na gestão de suas indignações e na tomada de decisões políticas, elemento também apontado por Elias e Scotson (2000: 44-45). O golpe empresarial-militar buscou de forma abrupta reconquistar as condições para manter os privilégios das classes empresariais do campo e da cidade.

Buscamos assim enriquecer a discussão sobre as formas de organização coletiva das classes subalternas, em especial as diferentes categorias sociais abarcadas pelo movimento camponês brasileiro no período anterior ao golpe e à ditadura empresarial-militares. Realçar suas experiências de violência e expropriação do trabalho e da terra, suas necessidades materiais e simbólicas, sua capacidade organizativa, sua criatividade e potencialidade de mobilização e a teimosia de sua resistência cotidiana nos parece de suma importância para entender o período de repressão institucionalizada e privada que marcou os 21 anos do regime ditatorial. Trata-se de melhor compreender o passado recente e as sombras que sempre se afiguram no presente dos despossuídos.

Referências

ARANTES, Paulo. (2014), “1964”. Em: ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo: E outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo, Boitempo.

BOURDIEU, Pierre. (1996), “Marginalia: Algumas notas adicionais sobre o dom”. Mana, Vol.2, nº 2, pp. 7-20.

BRITO, Ricardo Braga. (2018a), “Luta-se pela terra livre”: resistência e luta pela terra em Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado), CPDA, UFRRJ.

_____. (2018b), “Luta-se pela terra livre’: conflitos fundiários e ocupações de terra na região da Fazenda São José da Boa Morte”. Em: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Consequência.

CANDIDO, Antonio. (2010), Os parceiros do Rio Bonito: Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro, Ouro Sobre Azul.

CORRÊA, Elisa F. [e] MACEDO, Marcelo Ernandez. (2007), “Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-1964”. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Vol. 15, nº 2, pp. 368-392.

COSTA, Isabel Jovita Rodrigues da. (2015), Ombro a ombro: Ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964). Dissertação (mestrado), PPGH, UFF.

DIÁRIO CARIOCA. (27/12/1960), “Posseiros despejados na véspera de Natal”, p. 5.

_____. (04/05/1961), “Lavradores foram a Celso: Polícia ajuda os ‘grileiros’”, p. 5.

DIÁRIO DA NOITE. (28/12/1960), “Meeiros expulsos lutam pela terra”, p. 19.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. (22/11/1961), “Lavradores criaram o ‘paredão’ simbólico”, p. 2.

ELIAS, Norbert. (1980), Introdução à sociologia. Lisboa, Edições 70.

_____. (2001), A sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro, Zahar.

_____. [e] SCOTSON, John. (2000), Os Estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Zahar.

FELTRAN, Gabriel de. (2017), “A categoria como intervalo: A diferença entre essência e desconstrução”. Cadernos Pagu, Vol. 51, pp. 1-37.

FORMAN, Shepard. (1979) Camponeses: Sua participação no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GRYNSZPAN, Mario. (1987), Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Dissertação (mestrado), PPGAS, UFRJ.

HONNETH, Axel. (2009), Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, 34.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (2014), “Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar”. Em: PINHEIRO, Milton (org.). Ditadura: O que resta da transição. São Paulo, Boitempo.

_____. (2018), “Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”. Em: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Consequência.

MELO, Demian Bezerra de. (2014), “O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: O estado atual da questão”. Em: MELO, Demian

Bezerra de. (org.) A miséria da historiografia: Uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro, Consequência.

MELUCCI, Alberto. (2001), A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Vozes.

MOORE JR., Barrington. (1983), As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo. São Paulo, Martins Fontes.

O'DWYER, Eliane Cantarino. (1988), Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato. Tese (doutorado), PPGAS, UFRJ.

PALMEIRA, Moacir. (1985), "A diversidade da luta no campo: Luta camponesa e diferenciação do campesinato". Em: PAIVA, Vanilda (org.). Igreja e questão agrária. São Paulo, Loyola.

_____. (2009), "Desmobilização e conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana". Em: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde Servolo de [e] PAULILO, Maria Ignez (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: Condições, dilemas e conquistas, Vol. I – O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo/Brasília, Unesp/Nead.

POLANYI, Karl. (2000), A grande transformação: As origens da nossa época. Rio de Janeiro, Campus.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1973), O campesinato brasileiro: Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis, Vozes.

SCOTT, James C. (1990), Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts. New Haven/London, Yale University Press.

_____. (2002), "Formas cotidianas da resistência camponesa". Revista Raízes, Vol. 21, nº 01, pp. 10-31.

_____. (2011), "Exploração normal, resistência normal". Revista Brasileira de Ciência Política, Vol. 5, pp. 217-243.

SIGAUD, Lygia. (2004), "Armadilhas da honra e do perdão: Usos sociais do direito na Mata Pernambucana". Mana, Vol. 10, nº 1, pp. 131-163.

SNOW, David A. (2004), "Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields". Em: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A. [e] KRIESI, Hanspeter. The Blackwell Companion to Social Movements. Oxford, Blackwell Companion.

SNOW, David A. [e] BENFORD, Robert D. (1992), "Master Frames and Cycle of Protest". Em: MORRIS, Aldon D. [e] MUELLER, Carol

McClurg. *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven/London, Yale University Press.

THOMPSON, Edward P. (1984), “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?”. Em: THOMPSON, Edward. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Editorial Crítica.

_____. (1998), *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (2011), *A formação da classe operária inglesa, Vol. 1: A árvore da liberdade*. São Paulo, Paz e Terra.

TRIBUNA DA IMPRENSA. (22/04/1960), “Delegado paga por cabeça”, p. 11.

_____. (22/12/1960), “Aconteceu”, p. 7.

ÚLTIMA HORA. (29/09/1959), “Lavradores e trabalhadores agrícolas organizam-se em todo o estado do Rio”, p. 3.

_____. (31/10/1959), “Associação dos lavradores em Cachoeira”, p. 3.